

EDITORIAL

Maria Clara Silva

Mestranda em História pela Universidade de Brasília
<https://orcid.org/0000-0002-6972-1805>

Isabela Mendes Fechina

Mestranda em História pela Universidade de Brasília
<https://orcid.org/0000-0002-6443-2668>

As revistas discentes têm tido um papel muito importante no aprofundamento e na difusão das discussões em torno da produção historiográfica, sobretudo entre pós-graduandos que estão desenvolvendo suas pesquisas em diferentes centros de pós-graduação no Brasil e internacionalmente.

E é pensando na importância de manter esses espaços que a revista Em Tempo de Histórias e tantos outros periódicos discentes continuam o seu trabalho. Jovens pesquisadores, que em meio ao desenvolvimento de suas teses e dissertações se desdobram em mil para que essa porta de diálogo entre os pesquisadores continue a prosperar, e para que possamos cada vez mais ter espaço para falar de nossas pesquisas e construir juntos novas discussões e abordagens.

Trabalho que só pode existir por ser coletivo. Embora muitas vezes a escrita de nossas teses e dissertações pareça solitária, é no coletivo que a Em Tempo de Histórias permanece. Somos pesquisadores que, diante do incerto de nosso futuro, construímos um caminho para a pesquisa no Brasil. Um conselho editorial formado por doutorandos e mestrandos que, em diálogo com autores como nós — doutores, doutorandos e mestrandos — e com apoio dos pareceristas, resistimos. Se antes a escrita pudesse parecer solitária, é no dia a dia da revista que criamos pontes com novas pessoas, que estão por trás dos recentes avanços de nossa área de pesquisa.

No Volume 23, número 43, essas conexões atravessam Brasília, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. Encontro é a palavra que tem guiado o nosso trabalho, a possibilidade de encontrar tantos outros e, ao mesmo tempo, nos reconhecermos nesse outro, uma prática de alteridade que nos incentiva a continuar.

Encontramos nesta edição artigos como “O Estatuto da Igualdade Racial como estratégia para a afirmação dos direitos de cidadania: descolonização do conhecimento e racismo epistêmico” escrito pelo mestre em História pela Universidade de Brasília, Cleuber Castro de Souza, em que reflete sobre o Estatuto da Igualdade Racial como impulsionador de discussões sobre ações afirmativas para acesso à educação superior, tendo como hipótese a educação como mecanismo político de enfrentamento à “matriz epistêmica hegemônica”, que perpassa pela necessidade de “dessenhorizar a academia”.

Racismo científico na área das Humanidades é um ponto de discussão fundamental do texto, que também aparece nos próximos artigos, de outras maneiras.

Em “Rivalidade e racismo científico nas formações das identidades nacionais latinoamericana: el clásico sudamericano”, da mestranda em História pela Universidade Federal do Espírito Santo, Pâmela Camargo Soares, a autora discute o futebol como espaço de construções de significados culturais e de rivalidades, como a clássica Brasil X Argentina. Nesse sentido, Pâmela observa como as construções identitárias, fundamentadas inclusive pelo racismo científico dos discursos e práticas do século XIX, aparecem nessas rivalidades.

De forma semelhante, podemos observar como as ciências e suas bases epistêmicas eurocêntricas ganharam dimensões preocupantes no contexto da saúde pública que foram difundidas pela imprensa goiana. É o que propõe o artigo “O Publicador Goyano: Narrativas sobre Saúde Pública a partir da Secção Científica e carta dos leitores,” escrito por Ysabella Medeiros Portela, mestranda em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás, e por Rosana Maria Ribeiro Borges, Pós-Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. As autoras analisam as narrativas sobre saúde pública veiculadas no jornal “O Publicador Goyano” durante o século XIX, focando na “Secção Científica” e nas cartas enviadas por leitores. O artigo explora como o jornal, fundado por José do Patrocínio Marques Tocantins, desempenhou um papel na popularização da ciência e na disseminação de valores europeus, com o objetivo de normatizar a sociedade goiana. Além disso, as autoras discutem a relação entre essas práticas e o controle social, especialmente sobre as populações mais pobres, destacando o uso de narrativas científicas para promover novos hábitos de higiene e saúde pública, e como essas práticas refletiam interesses econômicos e sociais da elite dirigente.

Ainda nas discussões que tecem a relação da área da saúde e a história, dessa vez em uma perspectiva institucional, o artigo “O curso de odontologia do instituto profissional Domingos Freire em Ouro Preto: uma breve história (1908-1927)”, escrito por Leandro Silva de Paula e Thalles Dornelas Campos Barbosa, investiga as razões por trás da criação e extinção do curso de Odontologia do Instituto Domingos Freire em Ouro Preto, entre 1908 e 1927. Os autores, Leandro Silva de Paula, que é Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais e professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto, e Thalles Dornelas Campos Barbosa, que é Bacharel em História também pela Universidade Federal de Ouro Preto, abordam fatores como a mudança da capital para Belo Horizonte, alterações na legislação educacional, e a escassez de alunos, que contribuíram para o encerramento das atividades do curso. Os autores utilizam a perspectiva de Pierre Bourdieu para entender a busca por distinção profissional e o capital simbólico associado aos diplomas de cirurgiões-dentistas, concluindo que o contexto histórico-social e político da Primeira República foi crucial para os desafios enfrentados pelo curso, que não conseguiu se equiparar ao de instituições similares no Rio de Janeiro.

Na área da educação e do ensino de História podemos pensar sobre as maneiras em que determinadas bases epistêmicas são ou não incorporadas. Nesta edição, dois artigos, cada um à sua maneira e com seus devidos recortes e objetos, dialogam com

essa temática. O primeiro é o artigo “Manoel Dantas: o sertão e os sertanejos no contexto republicano”, escrito por Maria da Luz Rodrigues, mestranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, analisa a obra e a atuação de Manoel Dantas durante a Primeira República no Rio Grande do Norte, focando em sua visão do sertão e seu esforço em transformar a vida dos sertanejos por meio da educação. A autora explora como Dantas, influenciado por ideais positivistas e cientificistas, viu no sertão um espaço de possibilidades e buscou através da instrução pública, melhorar as condições de vida da população sertaneja, promovendo o desenvolvimento regional.

Em seguida, temos o artigo “Considerando a História Vista de Baixo no Ensino de História: Formação Profissional, Currículo e Livro Didático”, escrito por Stephane de Souza Martins, que discute a importância da “História Vista de Baixo” no ensino de história, analisando como essa abordagem influencia a formação de professores, o currículo e o material didático. A autora, mestranda em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, explora como essa perspectiva, focada na história das classes populares, tomou formas mais profundas a partir de movimentos historiográficos do século XX e se consolidou após a Segunda Guerra Mundial, especialmente no contexto acadêmico marxista. O texto enfatiza a necessidade de incluir narrativas populares no ensino básico, propondo uma reavaliação do currículo e dos livros didáticos para superar o tradicional enfoque eurocêntrico e elitista.

Em “As memórias do capitalismo em Hayao Miyazaki: um debate a partir das obras ‘Nausicaä do Vale do Vento’ (1984) e ‘A Princesa Mononoke’ (1999)”, de Leandro Ferreira Souza, mestrando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, se dá continuidade nas reflexões sobre o que constituem as bases da sociedade, dessa vez a partir de trabalhos cinematográficos. O autor identifica possibilidades críticas de pensar o Antropoceno e o Capitaloceno, a Natureza e as memórias do capitalismo nas animações de Miyazaki e nas formas como este diretor quebra as dicotomias clássicas de filmes infantojuvenis, além de expor entranhas sobre os usos das memórias e dos testemunhos. Em seu artigo, Leandro constrói debates sobre relações dos seres humanos com Outras formas de viver e Outros seres, de forma a demonstrar como se constitui uma memória do capitalismo.

Repensar as bases epistêmicas das ciências e das nações é uma das tônicas dos trabalhos desta edição, como temos visto. Continuamos com a temática política, sobretudo destas bases epistêmicas que a fundamentam, dessa vez, com o artigo “Caminho do Estado, estava o Brasil: Lógicas Jurídicas Corporativas em Pernambuco no Século XVI”, de Sérgio Martins Costa Coêlho, mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da UnB. Em seu texto, o autor explora a organização do Brasil colônia, analisando como ela seguia lógicas corporativas. Ele utiliza o caso dos embargos de Duarte Coelho para ilustrar essa dinâmica, abordando as implicações linguísticas e históricas no direito e na política. Sérgio argumenta que essa perspectiva permite entender as dinâmicas políticas em um nível mais profundo, revelando a existência de códigos sistêmicos que guiavam tanto o direito quanto a política, embora cada um seguisse suas próprias lógicas.

Para fechar esta edição, somos levados ao Mediterrâneo em “Uma análise do discurso científico de Ibn Khaldun em “Muqaddimah” (1377)”, de Gabriel Choucair

Garcia, licenciado em História pela UnB, que faz parte do nosso incentivo de receber artigos de graduados e graduandos, e o qual contempla a nossa série de Notas de Pesquisa. Nele, o autor selecionou passagens do livro Muqaddimah que discutem a ideia de ciências e o conhecimento, as analisa a partir do aporte teórico da epistemologia histórica de Lorraine Daston (2017), de forma a delinear as aproximações e distanciamentos em relação ao aristotelismo e a elaboração de um hábito científico como aspectos da racionalidade dos conhecimentos árabe-islâmicos do Magrebe.

Diante de tantas pesquisas em desenvolvimento e já concluídas, esperamos cada vez mais que a Em Tempo de Histórias continue sendo um canal de diálogo entre os pesquisadores. É que a partir desse encontro, os leitores possam ter uma experiência estimulante ao mergulhar nas diferentes histórias que foram elaboradas ao longo desta edição, e quem sabe aceitem o convite de serem os autores ou pareceristas do próximo número. Estamos animados e ansiosos para mais um encontro.